

ECONOMIA



De olho nos recursos parados nos Fundos Setoriais, que, não fosse pela austeridade renitente deveriam servir para fomentar setores específicos da economia brasileira, Paulo Guedes consegue propor o pior: direcioná-los sem escalas para o bolso dos rentistas.

Neoliberalismo por medidas rápidas e radicais

O desastre econômico produzido na vizinha Argentina pela agenda neoliberal de Mauricio Macri - apoiado por papers e 57 bilhões de dólares do FMI - tem repercutido de forma um tanto estranha entre os mercadistas que habitam o lado de cá da fronteira. Governantes de cashmere nos ombros, analistas de grandes bancos, jornalistas da mídia corporativa e o superministro da Economia alegam que o pecado de Macri foi o “gradualismo”, isto é, o ritmo homeopático na implantação das medidas liberalizantes. Ato contínuo, a solução seria promover o neoliberalismo por meio de medidas rápidas e radicais, mudando de forma imediata e profunda a institucionalidade econômica do país.

De fato, por mais torpe e peculiar que seja essa perspectiva, o ministro Paulo Guedes parece empenhado em seguir com a estratégia de choque neoliberal. Com leviandade e açodamento, tem direcionado ao Congresso Nacional uma rajada de propostas liberalizantes, tão variadas quanto estapa-fúrdias, algumas na forma de Proposta de Emenda

da Constitucional (PEC), outras empacotadas como medidas provisórias (MPs).

Nesta toada, as primeiras semanas de novembro foram especialmente frenéticas. O superministro da Economia aproveitou a comemoração de trezentos dias de governo Bolsonaro para sapear três PECs e uma MP (905), todas francamente orientadas para desconstruir instituições de fundamental importância para as ações do Estado nacional. Se Getúlio Vargas teve o mérito de criar a “ossatura do Leviatã brasileiro”, Guedes tem se dedicado a acelerar sua osteoporose com mão pesada e visibilíssima.

Entre as três PECs - todas questionáveis, disfuncionais e potenciais promotoras de maior descalabro social e econômico - uma em especial prima pela aberração. Trata-se da PEC dos Fundos Públicos, anunciada com pompa e circunstância pela equipe econômica de Guedes como estratégia do governo para economizar 220 bilhões de reais, com eles abater a dívida pública e assim reanimar o “espírito animal” dos investidores capitalistas.

Para início de conversa, a assessoria do Guedes parece não ter sequer se preocupado em mostrar os números reais dos orçamentos (aprovados e executados) dos tais Fundos Públicos. Conforme se pode observar no quadro abaixo (elaborado a partir do Portal da Transparência pelo economista e pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada, André Calixtre) há de fato um grande

valor destinado aos Fundos e, por quase criminoso que seja, boa parte deles não é executada. O país morrendo à míngua, desempregados arrumando os lençóis nas calçadas, crianças de volta aos semáforos e, por exemplo, 17,9 bilhões de reais do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação ainda estão parados no caixa do governo.

Recursos Alocados nos Fundos Setoriais - 2019

Fundos Selecionados	Orçamento Aprovado* (A)	Orçamento Realizado (B)	Percentual Executado	Disponível (A-B)
Fd. do Regime Geral da Previdência Social	634.782.575.187,00	495.309.541.945,26	78,0%	139.473.033.241,74
Fd. de Amparo ao Trabalhador	79.957.918.226,00	63.748.399.529,78	79,7%	16.209.518.696,22
Fd. Nacional de Assistência Social	62.409.405.336,00	49.873.508.364,45	79,9%	12.535.896.971,55
Fd. Nacional de Desenv. da Educação	54.538.946.213,00	36.587.547.734,61	67,1%	17.951.398.478,39
Fd. Const. do Distrito Federal	14.269.746.389,00	11.912.526.646,44	83,5%	2.357.219.742,56
Fd. Const. de Financiamento do Nordeste	8.183.026.398,00	6.408.854.934,97	78,3%	1.774.171.463,03
Fd. Nacional de Desenv. Científico e Tecnológico	5.650.816.431,00	356.849.728,32	6,3%	5.293.966.702,68
Fd. de Defesa da Economia Cafeeira	5.273.207.319,00	3.771.617.988,94	71,5%	1.501.589.330,06
Fd. Aeronáutico	3.920.405.049,00	1.397.148.962,62	35,6%	2.523.256.086,38
Fd. Nacional de Aviação Civil	2.911.100.071,00	304.414.234,28	10,5%	2.606.685.836,72
Fd. do Exército	2.759.931.246,00	1.772.012.380,88	64,2%	987.918.865,12
Fd. Const. de Financiamento do Norte	2.727.675.461,00	2.136.284.974,79	78,3%	591.390.486,21
Fd. Const. de Financiamento do Centro-Oeste	2.727.675.461,00	2.080.975.308,40	76,3%	646.700.152,60
Fd. Nacional de Segurança Pública	1.773.357.407,00	161.966.435,89	9,1%	1.611.390.971,11
Fd. Nacional de Cultura	1.449.342.691,00	7.701.773,37	0,5%	1.441.640.917,63
Fd. de Universalização dos Serviços de Telecom.	1.145.574.925,00	9.997,90	0,0%	1.145.564.927,10
Fd. de Compensação de Variações Salariais	1.129.739.769,00	447.807.711,12	39,6%	681.932.057,88
Fd. Nacional de Segurança e Educação de Trânsito	921.925.860,00	51.900.053,41	5,6%	870.025.806,59
Fd. Penitenciário Nacional	912.532.512,00	64.655.635,76	7,1%	847.876.876,24
Fd. de Desenv. do Nordeste	650.268.577,00	-	0,0%	650.268.577,00
Fd. para o Desenv. Tecnológico das Telecom.	504.488.099,00	10.000.000,00	2,0%	494.488.099,00
Fd. de Desenv. da Amazônia	395.502.456,00	-	0,0%	395.502.456,00
Fd. Nacional sobre Mudança no Clima	357.009.939,00	1.566,61	0,0%	357.008.372,39
Fd. de Terras e da Reforma Agrária	300.000.000,00	133.876.313,98	44,6%	166.123.686,02
Fd. de Imprensa Nacional	272.321.414,00	143.418.306,52	52,7%	128.903.107,48
Fd. de Desenv. do Ensino Profissional Marítimo	241.268.483,00	37.850.544,54	15,7%	203.417.938,46
Fd. de Garantia p/ Promoção da Competitividade	184.071.411,00	-	0,0%	184.071.411,00
Fd. Geral de Turismo	166.679.795,00	-	0,0%	166.679.795,00
Fd. de Desenv. do Centro-Oeste	160.572.237,00	-	0,0%	160.572.237,00
Fd. Nacional de Habitação de Interesse Social	136.651.317,00	4.784.089,91	3,5%	131.867.227,09
Fd. Nacional do Meio Ambiente	51.792.229,00	259.758,41	0,5%	51.532.470,59
Fd. Nacional Antidrogas	47.554.063,00	334.883,54	0,7%	47.219.179,46
Fd. Nacional para a Criança e o Adolescente	25.330.543,00	-	0,0%	25.330.543,00
Fd. Nacional do Idoso	15.019.669,00	-	0,0%	15.019.669,00
Total Geral	890.953.432.183,00	676.724.249.804,70	76,0%	214.229.182.378,30

*Orçamento atualizado de nov/2019

Fonte: Portal da Transparência; Elaborado por André Calixtre (IPEA)

Como se não bastasse, em plena era da “revolução digital” e da “Indústria 4.0” a obsessão fiscalista do governo mantém inativos 1,145 bilhão de reais no Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações e outros 494,5 milhões de reais descansando no Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações. Enquanto a ciência brasileira definha e alunos de pós-graduação perdem suas bolsas, um total de 5,3 bilhões de reais seguem bloqueados no décimo primeiro mês do ano no Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Enquanto mais de trezentos mil presos sem julgamento na primeira instância seguem espremidos em cadeias e prisões abarrotadas, verdadeiras universidades do crime, 847 milhões de reais são sorrateiramente mantidos no remanso das planilhas, para que o Ministério da Economia cumpra com sua meta de déficit primário.

Esses números, entre tantos outros, são um lastimável retrato da insensatez fiscal que tem vigorado no Brasil há alguns anos. Em nome do princípio da “responsabilidade fiscal” se cometem atrocidades como essas que, lá na ponta, na baixada fluminense, na periferia de Ananindeua ou na cracolândia

de Sampa se manifestam na forma de descarte de gente, viva ou morta.

Pois bem, aí surge o irrequieto Paulo Guedes e se anima com essa grana polpuda represada nos escaninhos dos fundos. Marotamente, usa o número total do saldo disponível (214 bilhões de reais) – inflados para 220 bilhões de reais no powerpoint do material distribuído para a imprensa – para dizer que, além de acabar com a maioria dos fundos, destinará os recursos parados para quitar a dívida pública.

Barbaridade! Primeiro, porque na verdade a maioria daqueles saldos está congelada por determinação do próprio Ministério da Economia para que possam ser contabilizados positivamente no resultado fiscal primário do governo federal. Segundo, porque em vez de serem descongelados para serem aplicados em seus objetivos finalísticos, definidos em leis e na Constituição, o que move Paulo Guedes é a possibilidade de tornar ainda mais estereis os recursos desses fundos, transferindo seus valores diretamente aos detentores dos títulos da dívida pública, para os quais o ministro e grande parte de sua equipe operavam até alguns meses atrás.